

O ENSINO DA REPORTAGEM EM PORTUGAL E NO BRASIL

Sandra Marinho¹, Pedro Coelho² & Florival Galvão Júnior³

Neste capítulo pretendemos identificar a presença da reportagem – o “género nobre” do jornalismo – nos planos curriculares dos cursos superiores de comunicação/jornalismo em Portugal e no Brasil. A reportagem representa o esforço jornalístico para gerar contexto – “sense-making news” – na perspectiva de Kovach e Rosenstiel: os factos são revelados imersos no contexto em que são produzidos (2010, p.65). Esse esforço colide com a efemeridade do tempo do jornalismo atual, em que os proprietários dos media, centrados em receitas imediatas, cortam nos custos e apostam em conteúdos de produção rápida. A primeira vítima é, neste cenário, a reportagem.

1. Sandra Marinho é doutorada em Ciências da Comunicação - Estudos de Jornalismo e Professora na Universidade do Minho. Ensina nas áreas de Metodologias de Investigação e Jornalismo. É investigadora do CECS, onde trabalha sobre a qualidade do jornalismo e o ensino do jornalismo. Tem participado em diversos projetos de investigação. Foi diretora da Licenciatura em Ciências da Comunicação da UMinho e é, atualmente, Diretora do Mestrado em Ciências da Comunicação. Integra o projeto REC - Repórteres em Construção.

2. Pedro Coelho é jornalista da Grande Reportagem da SIC e Professor Auxiliar da NOVAFCSH. Publicou três livros, dois académicos e um de reportagem e um conjunto de artigos científicos em revistas nacionais e internacionais relacionados com as temáticas que investiga – jornalismo de investigação, ensino do jornalismo, reportagem e jornalismo de proximidade. Recebeu diversos prémios de jornalismo, incluindo dois prémios Gazeta. É fundador da rede REC – Repórteres em Construção. Integrou a comissão executiva do IV Congresso dos Jornalistas e integra o Conselho Geral do Sindicato dos Jornalistas.

3. L. C. Galvão Júnior / Jornalista Profissional - MTb. 25.492, Pós-Doutorando - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo / ECA/USP, Mestre em Linguística Aplicada - Universidade de Taubaté / UNITAU, Docente de Comunicação Social (UNITAU) e do Centro Universitário Módulo – Caraguatatuba, Docente-pesquisador do Mestrado Académico em Planeamento e Desenvolvimento Regional – UNITAU, Editor - Latin American Journal of Business Management (<https://www.lajbm.com.br/index.php/journal>)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6354135807997168>

A viragem do milénio trouxe-nos a revolução digital, que, aliada à crise do *subprime*, gerou uma crise de sustentabilidade que desintegrou o negócio dos media (Starkman, 2014) e assumiu a forma de uma crise de credibilidade e de confiança. Estudos recentes demonstram-nos que o investimento no jornalismo distintivo, de qualidade, se afirma como alternativa para ultrapassar os efeitos da crise de amplo espectro que assola o jornalismo (Newman, 2017; Newman, Fletcher, Kalogeropoulos, Levy, & Nielson, 2017; Newman, Fletcher, Kalogeropoulos, Levy, & Nielson, 2018).

A qualidade jornalística pode medir-se pelo impacto social dos trabalhos jornalísticos. Os melhores, aqueles que revelam a “subtil assinatura” de quem os concretiza (Kovach e Rosenstiel, 2010, p.152), alcançam um “lucro social” (Coelho e Silva, 2018) passível de gerar, igualmente, lucro financeiro (Hamilton, 2016, p.10). Neste contexto, o desafio de contrariar o “sacrosanto mercado”, como o classifica Barata Feyo (2006, p.14) (frágil, mas soberano), com conteúdos distintivos, não é um desafio perdido à partida. O paradigma vigente nas redações terá, todavia, de mudar. Se, como afirma Zelizer, o jornalismo “moldado pela incerteza do ambiente económico” pode já ter atingido “o seu ponto de exaustão”, esse quase ponto zero, como realça a autora, deve impelir-nos a abraçar o desafio de o reconstruirmos (2017, p.1, 7, 115).

Ao mesmo tempo que neste Manual se identifica a forma como a reportagem está a desaparecer dos alinhamentos informativos dos jornais televisivos em Portugal⁴, mas também das opções editoriais dos órgãos de comunicação social (OCS) nos Estados Unidos da América (Downie Jr. & Schudson, 2009) e no mundo ocidental (Cagé, 2016), também se pretende avaliar o potencial da formação académica para colaborar na inversão desta tendência. Se os alunos forem confrontados com os desafios da reportagem, conhecendo e explorando o género, mais facilmente poderão, no momento em que chegam ao mercado de trabalho, praticá-lo.

4. No capítulo dedicado à reportagem Visual, que integra este Manual, são apresentados dados que revelam um desinvestimento na reportagem e a sua substituição por um género híbrido, notícias com reações.

Os desafios da reportagem são de índole diferente dos colocados pela notícia. Na reportagem há expressões que se completam; conceitos que se cruzam. Ousadia, criatividade, imaginação são características que apenas podemos encontrar na reportagem. Robins (2002) e Zelizer (2017) apontam-nas, quando tecem o rumo que deve ser seguido pelos planos de estudo em comunicação/jornalismo: em 2002, Robins reclamava currículos mais ousados que permitissem ao aluno mergulhar na complexidade da reportagem; em 2017, Zelizer apelava à integração de uma dimensão criativa na formação académica na área que fosse “além da razão, rumo à imaginação” (p. 2, 7, 8). Para isso, a reportagem deve assumir lugar de destaque nos planos curriculares. Os sinais vão, todavia, no sentido contrário. O desinvestimento na reportagem não é exclusivo das redações; registamo-lo, igualmente, na academia.

Já em 2002, Robins identificava programas de estudo em jornalismo demasiado centrados na notícia. Em 2015, Coelho destacava o mesmo – o desinvestimento na reportagem. A nossa experiência no *Repórteres em Construção* (REC), iniciada em janeiro de 2018, permite-nos registar idênticos sinais nas escolas parceiras. A reflexão que nos propomos fazer permitirá solidificar estes sinais em Portugal e compreender como se colocam num universo muito mais amplo, o Brasil.

Paralelismos e diferenças de duas realidades distantes

Compreender a forma como a reportagem é ensinada (e aprendida) implicaria um vasto trabalho, com uma forte dimensão etnográfica: teria de passar pelas salas de aula, pelos jornais-laboratório (que existem em diversas escolas), pelo dia-a-dia de aprendizagem de alunos e professores. Pela observação não só dos conteúdos, mas das práticas e das rotinas. É um trabalho com uma envergadura que não cabe nesta reflexão – mais exploratória do que confirmatória. Neste esforço de identificar sinais, vamos centrar-nos nos planos de estudo e programas das Unidades Curriculares (UC) centradas no ensino do jornalismo, com um breve olhar sobre os recursos bibliográficos que são adotados.

Consideramos dois países – Portugal e Brasil – que partilham uma língua de ensino, investigação e de produção e receção de informação jornalística. Na Nota Metodológica que se segue explicitamos os critérios e os procedimentos de recolha e análise, para depois apresentarmos e discutirmos os dados e as tendências.

Nota metodológica

Este não é um estudo comparativo. Análises comparativas entre países – ou sistemas, tendo países como contexto – são difíceis (Livingstone, 2003), porque, entre outras coisas, pressupõem a existência de “categorias” comparáveis. Temos aqui realidades muito distintas: a dimensão dos países (quantidade de cursos, alunos e professores); os sistemas de ensino superior (por exemplo, a existência de ensino superior politécnico em Portugal); os modelos de ensino (cursos só de jornalismo no Brasil e o modelo das Ciências da Comunicação em Portugal); e o enquadramento legislativo. Por isso, fazemos exercícios de comparação, para encontrar aspetos comuns ou divergentes que possam ser eixos de debate e propostas para o futuro do ensino da reportagem em Portugal e no Brasil. A partilha da língua afigura-se com um bom motivo para este olhar conjunto: falamos, afinal, de uma língua de ensino comum e é disso mesmo que aqui vamos tratar – do ensino da reportagem

Considerando estas diferenças, não adotámos as mesmas estratégias para selecionar a amostra de cursos e estudar. Em Portugal, com um número muito menor de cursos que oferecem formação em jornalismo (28; 11 do ensino privado e 17 – nove universidades e oito institutos politécnicos – do ensino público) – ou seja, que definem o exercício do jornalismo como saída profissional – foi possível considerá-los todos numa primeira fase (ver Tabela 1, no Anexo 1). Dois cursos ficaram de fora, por não terem UC do campo jornalístico⁵. No caso do Brasil⁶, e perante a quantidade de cursos

5. Nos cursos de Estudos da Cultura e da Comunicação - Universidade de Lisboa - e Comunicação Cultural e Organizacional - Universidade da Madeira -, apesar de, nos respetivos planos de estudo, o jornalismo ser apresentado como uma das saídas profissionais associadas à formação, não é oferecida qualquer UC de jornalismo.

6. Dados de 2018 do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

– 341; 70 públicos e 271 privados –, identificou-se os cursos de jornalismo de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas mais bem posicionados no *Ranking Universitário Folha* (RUF), nas cinco regiões geográficas do Brasil mais o Distrito Federal (DF), o que resultou numa amostra de 12 cursos (ver Tabela 2, no Anexo 2). Temos assim uma amostra final de 38 cursos (26 de Portugal e 12 do Brasil).

A análise centrou-se nas UC de jornalismo de cada um destes 38 cursos – tanto UC Teóricas como Práticas/Laboratoriais –, para perceber a presença da reportagem: na Descrição, Objetivos ou Avaliação; como subponto de um ponto sobre Géneros Jornalísticos; como um ponto autónomo do programa; ou como o foco central da UC (no limite, estando na designação da UC). Adicionalmente, olhou-se para a lista de bibliografia, para perceber que tipo de referências são usadas no ensino.

Há um outro critério comum: apenas foi considerada a informação online, o que ditou a exclusão de UC que não tinham os programas disponíveis. Esta opção pode acarretar enviesamentos, já que os conteúdos aos quais não tivemos acesso poderiam alterar os resultados, mas, pelo que conhecemos do campo, temos razões para crer que não haveria diferenças significativas.

Para além da avaliação dos planos de estudo e programas das UC – a primeira fase da pesquisa –, fomos ouvir os professores. Identificámos oito docentes (quatro em cada país) de UC representativas das diferentes abordagens ao ensino da reportagem que emergiram da análise e recolhemos as suas perceções, através de dois instrumentos distintos (por força da disponibilidade de entrevistados e entrevistadores): os professores brasileiros foram entrevistados (à distância) e os portugueses responderam a um questionário de perguntas abertas (por email), a partir do mesmo guião. A discrepância de técnicas de recolha poderia produzir enviesamentos (desde logo pela espontaneidade, rephraseamento, desenvolvimento de ideias e registo de expressões não verbais permitidos pela entrevista), mas

consideramos que, não se tratando de um estudo comparativo e não sendo esta uma recolha de dados sistemática, pode admitir-se esta diferença. Foi assim possível compreender a perspetiva de quem “está no terreno” (ficando aqui a faltar a perceção dos alunos).

Assinalamos duas limitações, que sugerem cautela na interpretação dos resultados. A primeira diz respeito ao facto de procurarmos o uso explícito do termo “reportagem” nos programas das UC, o que pode deixar de fora outras nomenclaturas que traduzem os “novos” formatos do jornalismo (como “narrativas” ou “longo formato”, por exemplo), se não estivermos atentos a esta realidade. A segunda prende-se com o facto de isolarmos a unidade de análise “Unidade Curricular” na recolha e análise de dados, quando, na realidade, cada UC faz parte de um Plano de Estudos que tem lógicas evolutivas (entre anos, semestres e UC) e em que as diversas disciplinas dialogam entre si. Fica também de fora a articulação com os cursos de 2.º ciclo (mestrados), que poderia contribuir para explicar os resultados: poderá dar-se o caso de a reportagem ser aprofundada no 2.º ciclo, centrando-se o 1.º ciclo nos outros géneros. Ainda assim, e tendo em conta que nem todos os estudantes continuam a formação com um 2.º ciclo em comunicação/jornalismo, parece-nos que a formação do 1.º ciclo deve ser olhada de forma independente.

O ensino da reportagem em Portugal

Nos 26 cursos da amostra identificámos 191 UC diretamente ligadas ao jornalismo: em função do nome da UC, onde consta a expressão “jornalismo”, ou, nos casos em que o nome não permite a associação direta (como nos diversos ateliers, ou laboratórios, que apenas identificam a plataforma) nos objetivos e tópicos dos programas. Destas 191 UC, quase metade – 80 – não disponibilizam *online* os programas de formação; 61 dessas UC sem programa disponível são ensinadas em estabelecimentos de ensino superior privado e 19 em estabelecimentos de ensino superior público.

É possível dividirmos a presença da reportagem em dois grupos distintos: um de UC onde a reportagem é um tópico autónomo do programa (incluindo

vários subtópicos) e/ou integra os objetivos da respetiva UC; um outro em que a reportagem tem um peso mais residual, como subtópico do programa ou apenas como uma tarefa, entre outras, de avaliação.

O primeiro grupo integra 34 UC⁷. Nestes casos, especificamente nas UC com componente laboratorial, a reportagem (construída pelos alunos) afirma-se como género jornalístico âncora nos métodos de avaliação. Apenas uma UC – “Atelier de Reportagem Televisiva” – inclui a palavra “reportagem” no nome⁸. Identificamos sete UC que constituem dois subgrupos: um de três UC cujos programas de formação (incluindo objetivos, tópicos do programa e método de avaliação) nunca referem expressamente a palavra “reportagem”, apesar de o programa ser claro no investimento feito no estudo e na concretização do género. Aqui a denominação “reportagem” é substituída pelas expressões “longo formato” jornalístico e “novas expressões” jornalísticas⁹. Um segundo subgrupo inclui quatro UC – oferecidas no mesmo curso – em que, nos objetivos e na caracterização do programa, o género reportagem surge imerso num campo mais vasto, que inclui a publicidade e a promoção¹⁰. É certo que nestas UC, o investimento na reportagem – afirmando-se tópico autónomo no programa, figurando nos objetivos da UC, e integrando a reportagem no método de avaliação – é notório, mas a mistura entre conteúdos jornalísticos e promocionais, sendo caso único nas 191 UC identificadas, determina esta subdivisão.

7. Atelier de TV 1 e 2 e Atelier de Rádio 1 e 2 (UAL); Atelier de Jornalismo, Atelier de Jornalismo Radiofónico, Atelier de Jornalismo Televisivo, Jornalismo Televisivo (UNL); Géneros Jornalísticos e Jornalismo Televisivo (ULHT – CCC – Lisboa); Géneros Jornalísticos, Atelier de Jornalismo 2 e 3 (IP Abrantes/Tomar); Atelier de Rádio e Ciberjornalismo (IP Viseu); Atelier de reportagem Televisiva, Atelier de Jornalismo Televisivo, Laboratório de Jornalismo 3, Jornalismo Internacional e Novas Expressões da Rádio (ESCS); Fotojornalismo (IP Setúbal); Oficina de Jornalismo e Oficina de Jornalismo Radiofónico (IP Portalegre); Jornalismo e Vídeo, Jornalismo Multimédia, Projeto e Portfólio em Jornalismo (U. Minho); Géneros Jornalísticos, Redação Jornalística e Investigação Jornalística (U. Lusófona Porto); Técnicas de Expressão Jornalística 1 e 2 e Atelier de Jornalismo Integrado (U. Porto); Produção Noticiosa e Géneros Jornalísticos (U. Coimbra).

8. Curso de Jornalismo (ESCS), docente Ana Leal.

9. Novas Expressões da Rádio (ESCS); Jornalismo Multimédia (UMinho); Projeto e Portfólio em Jornalismo (UMinho).

10. Atelier de Televisão 1 e 2 e Atelier de Rádio 1 e 2 (U. Autónoma de Lisboa).

Um segundo grupo de 18 UC¹¹ tem a reportagem nos programas de formação, mas com uma expressão menor e com uma característica comum: o género reportagem não figura nos objetivos. Detetamos a presença da reportagem em duas situações distintas: nuns casos o género é mero subtópico do programa, quase diluído no estudo e prática dos géneros jornalísticos em geral; noutras a concretização de uma reportagem integra o mapa de tarefas da UC, passíveis de serem avaliadas. Nestes casos, dado o desinvestimento no género, refletido na apresentação do programa, ficamos sem saber que instrumentos conceituais e técnicos adquire o aluno ao longo do semestre, de forma a conseguir construir uma reportagem que, no final do percurso, seja avaliada pelo docente.

Na lista das 191 UC de jornalismo identificadas nos 26 cursos, registamos a presença da reportagem nos conteúdos programáticos de 52 UC (34 distinguem-na; 18 apenas a referem); 138¹² não fazem qualquer referência ao género nos respetivos conteúdos programáticos. Nem todas as 52 UC que tratam a reportagem nos respetivos programas de estudo identificam o nome dos docentes responsáveis. Dos 31 nomeados, 29 foram, ou ainda são, jornalistas. Onze desses docentes assumem responsabilidades em mais do que uma UC¹³. A partir desta lista, seleccionámos os professores que foram entrevistados (representantes dos diferentes perfis de presença da reportagem aqui identificados), cujas perceções partilhamos adiante.

11. Técnicas de Redação em Jornalismo (UAL); Géneros Jornalísticos (UNL); Jornalismo Radiofónico (U.ALG); Jornalismo Desportivo e Géneros Jornalísticos (U. CAT. LISBOA); Géneros Jornalísticos (ULHT – CJ – Lisboa); Atelier de Jornalismo 1 e Fotojornalismo (IP Abrantes/Tomar); Jornalismo Especializado (IP Viseu); Lab. Jornalismo II, Atelier de Jornalismo Radiofónico e Atelier de Jornalismo Visual (ESCS); Atelier de Jornalismo TV e Oficina de Ciberjornalismo (IP Portalegre); Investigação e Expressão Jornalística (ISSCP); Escrita Jornalística (U. Minho); Jornalismo Radiofónico e Jornalismo Televisivo (U. Coimbra).

12. Oitenta dessas UC não disponibilizam programa *online*.

13. Lista dos 32 docentes, responsáveis pelo ensino da reportagem, que foram, ou são, jornalistas: António Granado; Dora Santos Silva; Carla Baptista; Pedro Coelho (3 uc); Hália Santos (3 uc); Catarina Neves (2 uc); Miguel Midões; Ana Leal (2 uc); Anabela Sousa Lopes; Francisco Sena Santos; Carlos Andrade; Rui Coutinho; Felisbela Lopes; Luís António Santos (2 uc); Maria João Cunha (2 uc); Vanessa Rodrigues; Luís Miguel Loureiro; Hélder Bastos (2 uc); Ana Isabel Reis (2 uc); Paulo Frias; Sandra Sá Couto; Hugo Gilberto; Silvío Santos; Paulo Martins; João Manuel Rocha (2 uc); Mário Antunes; Alexandre Leite; Ioli Campos; Paula Lopes; Pedro Dias (2 uc); Pedro Pinto (2 uc); Maria Isabel Damásio. João Miranda é o único dos docentes associados ao ensino da reportagem que nunca foi jornalista.

O ensino da reportagem no Brasil

Por força legal¹⁴, as IES brasileiras devem tratar, nos cursos de jornalismo, os gêneros e formatos, assim como outros conteúdos abrigados em eixos formativos¹⁵, que são citados de forma genérica no eixo de formação profissional¹⁶, sem menção à reportagem, que é subliminar nos eixos de aplicação processual¹⁷ e de prática laboratorial¹⁸.

A análise dos 12 cursos com melhor ranqueamento no Brasil totalizou 205 UC obrigatórias ligadas ao ensino do jornalismo e aos eixos de formação, com menor número nas IES públicas (90) e maior número nas privadas (115). Há 74 UC optativas (apenas em IES públicas), que não foram consideradas na análise devido à reduzida informação online sobre as grelhas curriculares¹⁹.

Das 205 UC de jornalismo, 12 incluem “reportagem” nas nomenclaturas, assumindo o gênero a posição de tópico autônomo. Não existe uniformidade nas denominações, inseridas em maioria no eixo de formação profissional²⁰, e apenas uma IES oferece duas UC com o termo reportagem em suas

14. Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de setembro de 2013, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação em jornalismo. Retirado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192

15. Formação humanística, específica, contextual, formação profissional, aplicação processual e prática laboratorial.

16. As UC devem “fundamentar o conhecimento teórico e prático, familiarizando os estudantes com os processos de gestão, produção, métodos e técnicas de apuração, redação e edição jornalística”. É intenção estimular a investigação dos acontecimentos relatados pelas fontes e capacitar os discentes a exercerem “a crítica e a prática redacional em língua portuguesa, de acordo com os gêneros e os formatos jornalísticos instituídos, as inovações tecnológicas, retóricas e argumentativas” (Resolução CNE/CES 1/2013, Inciso 4; Art. 6º).

17. Indica o uso de ferramentas, técnicas e metodologias nas “coberturas em diferentes suportes: Jornalismo Impresso, Radiojornalismo, Telejornalismo, Webjornalismo, Assessorias de Imprensa e outras demandas do mercado de trabalho” (Resolução CNE/CES 1/2013, Inciso 5; Art. 6º).

18. Exige a oferta de conhecimentos e a promoção do desenvolvimento de habilidades inerentes à profissão, com “a função de integrar os demais eixos, alicerçado em projetos editoriais definidos e orientados a públicos reais, com publicação efetiva e periodicidade regular, tais como: jornal, revista e livro, jornal mural, radiojornal, telejornal, webjornal, agência de notícias, assessoria de imprensa, entre outros” (Resolução CNE/CES 1/2013, Inciso 6; Art. 6º).

19. Laboratório de Produção de reportagem e Laboratório de Jornalismo Especializado (UFMG); Laboratório do Campus Repórter e Reportagem Fotográfica (UNB); Técnicas de Reportagem e Entrevista, Redação Jornalística 2 e Produção e Edição em Rádio (UFMT).

20. Fundamentos da Reportagem (UFRGS), Técnicas de Reportagem e Entrevista (UFMT), Técnicas de Entrevista, Apuração e Reportagem e Grande Reportagem (UNICEUB), Reportagem e Entrevista (PUCRS), Teoria e Prática da Reportagem (Cáspes Líbero), Técnicas de Entrevista e reportagem Fundamentais e Técnicas de Entrevista e Reportagem (Unama).

denominações. As ementas indicam semelhanças nos conteúdos teóricos: diferenciação entre notícia e reportagem; elaboração de pautas e estruturação de narrativas; concepção da entrevista e redação para os media, com prevalência para os impressos, a rádio e a televisão; interpretação dos factos jornalísticos e compreensão da reportagem e sua intersecção com os demais géneros. Igualmente acontece no campo das práticas. Dessa comparação emerge uma aparente dicotomia entre teoria e prática no ensino da reportagem, que compartilha com outros géneros, temas e abordagens, espaço nas ementas e tópicos dos planos de ensino.

Há 33 disciplinas, nove em IES públicas e 24 em privadas, em que a reportagem está nas ementas, assumindo a posição de subtópico das grelhas²¹. As denominações são distintas, com ênfase na redação e na produção. Há ainda disciplinas que evidenciam práticas laboratoriais²² que resultam na produção de jornais e revistas, bem como em conteúdos para sites e produções jornalísticas audiovisuais. Nas UC em que a reportagem assume a posição de subtópico nas grelhas do eixo de aplicação processual²³, as ementas tendem a explorar abordagens relativas à pauta, reportagem, edição jornalística e técnicas de reportagem para jornal e revista (envolvendo a produção de uma revista ou jornal), indicando uma tendência de transversalidade com os eixos processuais e laboratoriais.

Encontrou-se pouca ou quase nenhuma informação pública sobre projetos pedagógicos e planos de ensino dos cursos de jornalismo, principalmente nas IES privadas, limitando uma indicação pormenorizada dos conteúdos e eixos formativos em que as disciplinas estão inseridas. Porém, todas as IES publicam online currículos com conteúdos mínimos, o que permitiu aferir

21. Radiojornalismo e Telejornalismo são exemplos de UC vinculadas à aplicação processual e identificadas nas grelhas da UFRGS, UFPA, UNICEUB, UNIFOR, UCDB, PUCRS, Cásper Líbero e UNAMA. Da mesma forma é notado em Fotojornalismo, presente na UFRGS, UNICEUB, UCDB, PUCRS, Cásper Líbero e UNAMA; Ciberjornalismo, na UFRGS; e Jornalismo Digital, da UNIFOR.

22. Laboratório de Produção de Reportagem e Laboratório de Jornalismo Especializado (UFMG); Laboratório do Campus Repórter 1 (UNB), que propõe a produção de reportagens especiais; e Oficinas de Comunicação Jornalística, de Jornalismo Impresso, de Radiojornalismo e de Telejornalismo (UFBA).

23. Jornalismo Impresso, da UFRG; e Redação Jornalística 2 e Produção e Edição em Rádio, Na UFMT.

tendências nas UC em que a reportagem aparece como tópico principal ou subtópico. Nas poucas IES privadas²⁴ que dispõem conteúdos online, há UC em que a reportagem é oferecida, ora no campo teórico com a abordagem sobre as diferenciações entre notícia e reportagem, elaboração da pauta, preparo e desenvolvimento da reportagem, e ética na reportagem; ora no campo prático, com a produção de reportagens multimídia para a web.

A análise revela que a reportagem é abordada em cada curso com maior ou menor ênfase, mas certamente sem a intensidade necessária. A discrepância numérica, por si, indica a emergência em repensar a presença do gênero nas grelhas curriculares e nos planos pedagógicos de ensino brasileiros.

Tendências e perspectivas sobre o ensino da reportagem

Nos 26 cursos que integram a amostra no caso português identificámos 191 UC diretamente ligadas ao jornalismo. No Brasil, nos 12 cursos analisados, esse número sobe para 205 UC obrigatórias. A diferença quantitativa é atenuada quando nos referimos a UC que tratam especificamente a reportagem: no Brasil há 45 (22%) e em Portugal há 52 UC (27%).

O desinvestimento do mercado na reportagem, tópico que perpassa este Manual, é destacado pelos entrevistados. Afirma um docente português que é “uma doença crónica, de décadas, que se tem vindo a agudizar”. Os reflexos sentem-se, sobretudo, acrescenta, na grande reportagem: “assistimos” à sua “morte progressiva”. As que subsistem, opina outro docente, são, todavia, “extraordinárias”, mas o grau de distinção jornalística, que observamos nesses trabalhos, não tem correspondência na abordagem quotidiana, com “demasiadas reportagens de agenda” a refletirem “visões parciais, sem questionamento e sem aprofundamento”.

Um docente brasileiro salienta que, apesar das demissões frequentes, reduções salariais e formas de contratação distantes das leis trabalhistas, os

24. Destaque para a Produção Jornalística e Redação Jornalística (UNICEUB); e Jornalismo Digital, Técnicas de Produção em Jornalismo, Jornalismo Impresso (UNIFOR).

media apostam um pouco mais na reportagem e no aprofundamento dos fatos como contraponto às falsas narrativas: “Mais do que nunca, precisamos de jornalismo com profundidade, de boas reportagens”. Um entrevistado aponta a prevalência de outros gêneros, como o opinativo, que ocupam o espaço que deveria ser da reportagem: “a linguagem do opinativo é muito mais próxima das redes sociais, da polêmica” pelo que seria “antieconômico manter uma equipe ‘spotlight’ na redação”.

O mercado não dá sinais de querer refletir sobre as consequências deste desinvestimento e a conseqüente substituição do gênero pela opinião, que vai alimentando o “ciber-bazar”, onde se expõem, sem fronteiras definidas, “comentários”, “notícias de corta e cola” e “testemunhos pessoais” (Neveu, 2001, p.123). Cabe à academia refletir e ajudar a encontrar as soluções que ultrapassem os constrangimentos impostos pelo mercado.

O investimento na notícia é uma consequência direta do estatuto atual da academia. Os cursos de jornalismo transformaram-se na principal fonte de mão-de-obra das redações (Fidalgo, 2004; Garcia, 2009; Marinho, 2015; Pinto, 2004). Essa premissa acaba por impor ao ensino do jornalismo a necessidade de preparar jovens aptos a entrarem, rapidamente, no mercado de trabalho. A referência do ensino do jornalismo, alertava-nos Reese em 1999, é “encontrar emprego” para os jovens que forma (1999, p.74). “O sucesso de qualquer programa – acrescentavam, Skinner *et al* – é geralmente medido pelo número de (...) licenciados que conseguem colocar no mercado” (2001, p.356).

Esta dependência do mercado acaba, todavia, por ter consequências diretas na academia. Desde logo, como assinala Cole, os exigentes “padrões académicos” e o “rigoroso e independente controlo de qualidade” que, limitando-se a academia a responder diretamente ao mercado, podem ficar por cumprir (2003, pp.59-60). E, forçada, ao mesmo tempo, a ter de servir o mercado e a cumprir os padrões académicos, a academia transforma-se numa “serva de dois senhores” (Skinner *et al*, 2001, p.344); ou de três, se juntarmos a pressão dos estudantes para adquirirem, rapidamente, as competências técnicas

para “estarem aptos, no momento em que forem contratados” (Stephenson, 1997, p.1). O desafio da academia, neste contexto, é complexo; mas é o que se lhe exige.

Os dados que recolhemos levam-nos a concluir pela escassa presença da reportagem nos planos de estudo dos cursos de jornalismo nas duas geografias. A “arte nobre do jornalismo”, epíteto alcançado já no século XX, depois de ter ultrapassado diversas etapas de afirmação²⁵, se perdeu estatuto no mundo profissional, ainda não o conquistou na academia.

O maior investimento no ensino da reportagem pode contribuir para iluminar o trajeto do aluno, futuro profissional, no sentido de, já em meio laboral, munido do saber-fazer académicos, poder, se e quando as possibilidades surgirem, aplicar o conhecimento adquirido, praticando o género. Alguns dos entrevistados aceitam, sem reservas, esta formulação; outros duvidam, em diferentes graus, da sua eficácia.

No caso dos professores portugueses, as leituras são antagónicas. Uma docente acredita que o reforço do ensino da reportagem terá efeitos diretos nos media, uma vez que, “se os estudantes, quando entram em estágio, dominarem melhor o género, os meios de comunicação poderão tirar partido destes futuros jovens profissionais, mais bem preparados para produzir reportagens”. Já outra docente duvida que as “boas intenções” da academia tenham resultados concretos no quotidiano jornalístico. Para esta antiga jornalista, responsável por UC laboratoriais, as decisões sobre o maior ou menor investimento nos géneros cabem por inteiro ao mercado: “É o mercado que tudo mobiliza”. Esta opinião não significa, todavia, que a academia se desvincule do ensino da reportagem, pelo contrário. O esforço dos cursos do jornalismo, conclui, faz sentido porque pode contribuir para “o reforço, ou aparecimento, dos chamados órgãos de comunicação social independentes”, que se afirmem “plataformas jornalísticas alternativas aos meios de grande circulação”. Os meios alternativos também são elevados ao estatuto

25. Sobre este tópico, consultar o capítulo da autoria de Jacinto Godinho, “A Genealogia da Reportagem”, na primeira parte deste Manual

de lugar de resistência da reportagem para um entrevistado brasileiro, que elege a Revista Piauí e o sítio online *The Intercept Brasil* como novos polos de esperança.

Os professores brasileiros têm perspectivas divergentes. Um acredita que o ensino da apuração rigorosa dos fatos e da elaboração de pautas densas e distintas daquelas que vigoram nos media são diferenciais que a academia pode oferecer: “Temáticas da periferia, questões de gênero, enfim, vão ajudando a mudar a forma como se faz ou sobre porque se faz reportagem no Brasil”. Esta ideia é compartilhada por outro educador, que considera ser “uma questão de sobrevivência” para os media a priorização de “um gênero mais complexo como a reportagem”. Um terceiro entrevistado, todavia, entende que a academia brasileira deve produzir um pouco mais: “É papel da universidade e dos cursos, desde que concatenados com o mercado, fornecer não só o questionamento, a crítica, mas principalmente produtos que possam ser usados não apenas na perspectiva acadêmica”.

Ainda que destaquem a importância da reportagem nos programas de estudo, os entrevistados dividem-se quanto à centralidade do gênero. Coloca-se a reportagem no centro do programa de gêneros jornalísticos, por esta ser “o cerne do jornalismo”; o gênero “irradiador” ou “um gênero fundamental ou um dos mais basilares do jornalismo contemporâneo que precisa se contrapor com narrativas mais curtas”. Outros acreditam que ensinar a reportagem não deve ter como consequência o desinvestimento no estudo dos outros gêneros, sobretudo a notícia e a entrevista, já que os processos produtivos da notícia são necessários ao aprofundamento da reportagem. Um dos docentes destaca a importância de serem trabalhadas as questões técnicas: “sem elas o conteúdo pode perder-se”. Já a existência de uma UC exclusivamente dedicada à reportagem, situação que verificamos em 12 UC no Brasil e apenas numa em Portugal, não é valorizada por uma das docentes entrevistadas: “Não estou certa de que seria proveitoso; isso implicaria uma reformulação dos programas e determinaria a interligação entre diferentes UC laboratoriais”.

Os entrevistados usam métodos muito semelhantes para ensinarem reportagem. No essencial, procura-se a interligação entre a componente teórica – discussões em sala de aula a partir de bibliografia; visionamento/audição/leitura críticos de reportagens – e a componente laboratorial, com o aluno no terreno, nuns casos acompanhado pelo professor, noutros sozinho, ou em grupo, a experimentar e fazer. No terreno, como assinalam dois docentes portugueses, o aluno é incentivado “a saber ouvir”, “abrindo-se ao mundo e ao outro”. A dinâmica do teste e do erro é profundamente valorizada pela maioria dos docentes, que usam a discussão em sala de aula, ou o contacto direto com os alunos, para reconstruírem cada reportagem até à versão final. Em todos os casos, o método de ensino parece afirmar-se numa lógica de processo, estabelecendo, como a classifica um docente brasileiro, “uma prática gradativa” em que o aluno se vai apercebendo da sua própria evolução ao longo do percurso. “Dá muito trabalho”, enfatiza um docente brasileiro, “mas não descobri outra forma”, conclui.

A participação de repórteres, ou de ex-alunos, no ativo é valorizada pelos entrevistados brasileiros e por um português. Um dos docentes brasileiros opta por ex-alunos “sem muita visibilidade no mercado”, com o propósito de “desmistificar o *glamour* jornalístico”, apresentando o profissional “como operário da informação”. O docente português valoriza “a interação gratificante” que estas aulas proporcionam, favorecendo o “cruzamento de olhares, de ângulos e de abordagens”.

O conhecimento que temos da realidade portuguesa não nos permite eleger a falta de recursos técnicos como justificação para a escassa presença da reportagem nos programas, que observamos em ambas as geografias. O investimento em equipamento tecnológico, feito por alguns dos cursos em Portugal, não levou a um reforço no ensino da reportagem, sendo mais provável que a explicação resida na escassez de recursos humanos. A análise do caso português permite consolidar essa hipótese: 29 dos 31 docentes que assumem responsabilidades nas 52 UC que tratam a reportagem foram, ou ainda são, jornalistas, o que indicia que o ensino da reportagem parece

exigir o exercício da profissão. A especificidade do gênero transporta a dimensão do saber-fazer, que se afirma como componente essencial para a transmissão do conhecimento.

Em Portugal e no Brasil a maioria das UC que trata a reportagem não tem sequer reportagem no nome, o que indicia o escasso investimento acadêmico no gênero, mas pode permitir outro questionamento: terá perdido a reportagem a aura de outras eras, quando era glorificada no cinema, na literatura e no jornalismo? No caso português há um sinal neste sentido: na lista das 34 UC que tratam a reportagem como tópico autônomo do programa, três não a referem, uma única vez, nos objetivos ou no programa. Percebemos que é dela que os docentes falam, mas usam expressões como “longo formato” ou “novas expressões de rádio”. Identificamos ainda uma situação singular – a convivência, em quatro UC do mesmo curso – Ciências da Comunicação da Universidade Autónoma de Lisboa – entre jornalismo e publicidade. Elegem a reportagem tópico autônomo do programa, mas surge misturada, em proporção idêntica, com o ensino de técnicas do campo da comunicação estratégica – promoção e publicidade. Esta realidade, incomum em Portugal, por significar a ultrapassagem da fronteira do *espaço sagrado*²⁶ do jornalismo para o campo dos interesses particulares, poderá adquirir alguma correspondência no caso brasileiro, onde, no eixo formativo de aplicação profissional, as diretrizes curriculares nacionais (DCN) associam o ensino do jornalismo ao ensino da “assessoria de imprensa e outras demandas do mercado de trabalho”²⁷.

Sendo anteriores à revolução tecnológica, os reflexos da diluição das fronteiras, que delimitando o jornalismo o distinguiam no interior do vasto campo da comunicação (Garcia e Silva, 2009), tornaram-se mais expressivos depois do último salto tecnológico. Neveu considera, aliás, que o digital “redefiniu as competências profissionais”, ameaçando “banalizar” o

26. Thorbjörn Broddason associa ao jornalismo a dimensão do sagrado e diz que o jornalismo, como outras profissões, está “revestido de uma certa sacralidade”, na medida em que perpassa na sua essência “o mistério de um conhecimento exclusivo, mas vital, enobrecido por um espírito de autossacrifício” (2005, p. 155).

27. Resolução CNE/CES 1/2013, Inciso 5; Art. 6º

jornalismo “num *continuum* das profissões da comunicação” (2001, p.115). Kovach e Rosenstiel avisam que o jornalismo só conseguirá escapar à ameaça de “ser submergido pelo mundo da retórica comercial”, se os jornalistas “manifestarem um cada vez maior entendimento e compreensão” sobre os elementos (valores) que enquadram o jornalismo e o distinguem das restantes profissões do campo (2007, p.254).

Se o ensino do jornalismo em Portugal sempre resistiu a esta mistura, o caso aqui identificado revela-se um primeiro sinal de aproximação à experiência do Brasil. No final, o objetivo deste caso isolado português e da realidade brasileira poderá ser o mesmo – dotar todos os alunos do campo com as mesmas ferramentas que lhes permitam produzir conteúdos – jornalísticos e outros – para as diversas plataformas, cumprindo, uma vez mais, as exigências do mercado de trabalho.

Recursos bibliográficos para o ensino do jornalismo e da reportagem

A decisão de contemplar os recursos bibliográficos que são usados nas aulas decorre da ideia de uma relação, que se julga necessária, entre o “saber fazer” e o “saber pensar”, entre os saberes teóricos e práticos. Levamos em conta, ainda assim, que o pendor mais prático/laboratorial das UC que tratam a reportagem (como tópico autónomo ou sub-tópico) fará com que não contemplem listas de bibliografia tão extensas como outras UC. Começamos por destacar uma ideia comum entre os entrevistados: a lista de bibliografia que consta nos programas ou ementas oficiais não é necessariamente referência para as aulas. E pode ocorrer uma de duas situações: ou não são usados textos teóricos nas aulas – mas estão no programa porque é obrigatório – ou são usados outros (como complemento ou como alternativa) e não os que estão oficialmente disponibilizadas (porque o programa é apenas um documento oficial ou porque há atualização das referências). Diz um dos entrevistados: “Não recorro a bibliografia nas aulas, embora a indique na ficha das UC”. Outro refere: “Trago para algumas aulas algumas ideias do Manual da Abril, porque tem algumas coisas bem interessantes. Mas nem está na bibliografia”. Ou seja, o registo oficial não corresponde à prática,

o que reforça a ideia de que é importante ouvir os professores e alunos sobre estas matérias.²⁸

Encontra-se também a ideia – que já referimos a propósito dos métodos de ensino da reportagem – do ensino a partir da própria produção jornalística, de exemplos de reportagens difundidas nos media: “A partir da análise desse material [jornais diários] estudamos como se constroem as reportagens, as notícias e outros géneros”.

Um olhar não sistemático para as bibliografias das UC e os relatos dos entrevistados revelam algumas tendências: relativamente à natureza das referências, recorre-se a “Manuais” (entendidos como textos mais prescritivos e orientados para os procedimentos, ainda que não adotem necessariamente a denominação “Manual”), mas também a obras mais orientadas para a reflexão teórica; são mais frequentes (principalmente no caso português) os “Manuais” de jornalismo (com uma secção dedicada à reportagem) do que especificamente “Manuais” de reportagem; encontram-se referências a “Manuais” centrados na produção para um meio ou linguagem específica (por exemplo, televisão, rádio); recorre-se com alguma frequência aos Livros de Estilo ou Manuais de Redação; as principais línguas são o português, o espanhol e o inglês; em ambos os países, é possível encontrar referências “clássicas” (maioritariamente dos anos 1980 e 1990), obras que são recorrentemente citadas nas bibliografias e, como seria de esperar, centradas na imprensa escrita, a par de obras mais recentes e artigos científicos. Identifica-se a preocupação em assinalar obras mais centradas no online, como suportes ao ensino do Ciberjornalismo, Jornalismo Multimédia ou Multiplataforma, mas não centradas necessariamente na reportagem.

No que toca aos Manuais de Redação ou Livros de Estilo, são vários os professores que os adotam, e possuem diversas dimensões: a das normas de escrita jornalística; uma vertente técnica, direcionada às práticas e rotinas;

28. Sabemos que a nossa apreciação está limitada pelo critério de nos cingirmos à informação disponível online: em muitos casos, esta informação não é atualizada com frequência e resulta (pelo menos no caso das instituições públicas portuguesas) da transposição para os “catálogos de cursos” da informação que consta nas Fichas de UC aprovadas no quadro do processo de acreditação pela A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior).

e uma dimensão ética e deontológica. Para o caso do Brasil destacam-se os de três grandes jornais brasileiros: *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*. Em Portugal são referenciados os do jornal *Público*, da agência de notícias *Lusa* e da rádio *TSF*. Destacamos aqui esta situação, por se tratar de um indicador da relação entre a academia e as redações.

Contributo para a discussão sobre o futuro do ensino da reportagem

Discutir o futuro do ensino da reportagem implica o campo mais vasto do debate sobre o futuro da formação em jornalismo: dificilmente se compreenderão práticas de ensino da reportagem que não resultem da aplicação de modelos de ensino do jornalismo. Vamos, ainda assim, ensaiar um conjunto de propostas centradas na reportagem.

É esta a ideia central que aqui trazemos: o caminho deve passar pelo aprofundamento da relação entre a academia e o mercado; os cursos e as redações; os professores, os alunos e os jornalistas. Apontamos esta via sabendo que: tanto as escolas como as redações lidam com recursos escassos (financeiros e humanos); os profissionais de ambos os campos enfrentam pressões de tempo, volume e diversificação de trabalho; são mundos que, tradicionalmente, se olham com desconfiança, mas têm sido feitos esforços de aproximação. Não se trata de imaginar a “salvação” da reportagem pela academia ou a “salvação” do ensino da reportagem pelos jornalistas. Ambas as perspetivas teriam tanto de condescendente como de ingénuo. Trata-se antes de insistir na vantagem de uma via que tem trazido frutos: a da colaboração. Organizamos as propostas em dois grupos: o que pode ser dinamizado nas/a partir das redações e nas/a partir das escolas.

Entre as iniciativas das redações, assinalamos a formação em serviço centrada na reportagem, com a colaboração de académicos. Igualmente – algo referido por um dos entrevistados – poderiam ser implementadas “missões de observação”, em que professores e alunos acompanhariam equipas de reportagem no terreno (do início à publicação). Poderia também partir dos OCS a organização de pequenos eventos – nas redações – em que jornalistas partilhassem a sua experiência – a partir de casos concretos de reportagens

suas – com espaço para debate com os estudantes e professores. Seria útil que houvesse mais produção “técnica”, por parte de jornalistas, que pudesse ser usada nas aulas – a participação em obras, como este Manual de reportagem editado pelo *Repórteres em Construção* (REC), ou a produção de documentos curtos e prescritivos, que não limitados apenas ao formato escrito: por exemplo, vídeos em que um jornalista pudesse explicar os “bastidores” de uma determinada reportagem, a sua construção e os desafios e dificuldades com que se deparou.

A presença de jornalistas como professores convidados nas aulas práticas/laboratoriais do ensino superior já é uma realidade, mas pode ser intensificada: um entrevistado sugere que – à semelhança do modelo do REC – jornalistas possam acompanhar os trabalhos de reportagem realizados para a avaliação das UC. Os jornais universitários/jornais laboratório surgem como uma potencial ponte entre o mundo acadêmico e profissional, ao convidarem – como fazem o *JornalismoPortoNet* e o REC – jornalistas para serem “editores por um dia”. Diz um entrevistado: “a melhor ligação que encontro entre o ensino de jornalismo e o mundo profissional são as plataformas jornalísticas nascidas de forma laboratorial na academia”. Como se propôs para as redações, também nas escolas poderia haver formação extracurricular especificamente centrada na reportagem – de curta duração, em formato *workshop* –, assegurada por parcerias entre os cursos e as redações ou o CENJOR ou articulada entre todos pelo REC (aproveitando a rede de parcerias já estabelecida pelo projeto). Ao nível do 2.º ciclo (os Mestrados), poderia ser incentivada uma modalidade alternativa ao Relatório de Estágio: o estágio realizar-se-ia, mas o resultado final seria um “projeto de reportagem”, orientado por um docente e um jornalista (da redação que acolhe o estágio).

Numa lógica mais direcionada para a reestruturação dos planos de estudo, destaca-se uma ideia entre os entrevistados: a reportagem é incontornável e é o “género nobre”, mas o ensino do jornalismo deve edificar-se na relação (ou progressão) entre a notícia e a reportagem, sendo a primeira o “alicerce” da segunda, o “género base”, até porque “da notícia da atualidade diária

surgem reportagens”. Apenas um dos entrevistados tem opinião contrária e entende que o ensino do jornalismo deve estar assente na reportagem, o género que implica necessariamente ir para o terreno: “a notícia (...) sendo a unidade fundamental do jornalismo, não é, notoriamente, uma unidade de partida, mas de chegada. Assim, qualquer componente laboratorial do ensino do jornalismo deve assentar nas práticas que originam o surgimento dessa unidade, sendo, evidentemente, a reportagem a mais importante”. A existência de UC especificamente e inteiramente dedicadas à reportagem não é um tema consensual e será certamente foco de debate em futuras reestruturações de cursos de comunicação/jornalismo.

Finalmente, e de forma mais abrangente, seria útil a criação de um fórum permanente de discussão sobre o ensino da reportagem – integrando eventualmente num projeto mais vasto, como um “think tank” ou observatório – que agregasse docentes que ensinam reportagem (desejavelmente em Portugal e no Brasil), estudantes e jornalistas. Assentaria na troca de ideias, experiências de ensino (bem e mal sucedidas), novos formatos e práticas, formas de avaliação do ensino e na reflexão sobre as próprias alterações curriculares. Deveria promover pelo menos uma reunião anual (sob a forma de conferência ou reunião de trabalho), de onde resultasse algum tipo de documento de análise e proposta de trabalho.

Referências Bibliográficas

- Barata-Feyo, J.M. (2006) (org). *Grande reportagem*. Dafundo: Oficina do Livro.
- Brodasson, Th. (2005). The sacred side of professional journalism. In Els Bens, Peter Golding e Denis McQuail (eds.), *Communication Theory and Research* (pp. 155-164). California, Sage.
- Cagé, J. (2016). *Saving the Media, capitalism, crowdfunding, and democracy*. London: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Coelho, P. (2015). *Jornalismo e Mercado, os novos desafios colocados à formação*. Livros Labcom. Retrieved from <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/livro/131>.

- Coelho, P. & Silva, M. T. (2018). O Lucro Social e Financeiro do Jornalismo de Investigação. *Media & Jornalismo*, 18, 73-94.
- Cole, P. (2003). The media training jungle. *British Journalism Review*, 14(1), 54-60.
- Downie, L., & Schudson, M. (2009). The Reconstruction of American Journalism. *Columbia Journalism Review*, Novembro-Dezembro. Retrieved from https://archives.cjr.org/reconstruction/the_reconstruction_of_american.php
- Fidalgo, J. (2004). Jornalistas: um perfil socioprofissional em mudança. *Comunicação e Sociedade*, 5, 63-74.
- Garcia, J. L.; Silva, P. A. (2009). Elementos de composição socioprofissional e de segmentação. In Garcia, José Luís (org.), *Estudos sobre os jornalistas portugueses* (pp. 121-133), Lisboa, ICS.
- Hamilton, J. T. (2016). *Democracy's Detectives. The economics of investigative journalism*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2010). *Blurr: How to Know What's True in the Age of Information Overload*. New York: Bloomsbury.
- Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2007). *The Elements of Journalism (completely, updated and revised)*. New York: Three Rivers Press.
- Livingstone, S. (2003). On the Challenges of Cross-National Comparative Media Research. *European Journal of Communication*, 18 (4), 477-500.
- Marinho, S. (2015). *Jornalismo e Formação em Mudança: Modelos e Construções na Análise do Caso Português*. CECS. Universidade do Minho. Braga.
- Newman, N. (2017). *Journalism, Media and Technology Trends and Predictions 2017*. Reuters Institute for the Study of Journalism. Retrieved from: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/journalism-media-and-technology-trends-and-predictions-2017>
- Newman, N., Fletcher, R., Kalogeropoulos, A., Levy, D., & Nielson, R. (2017). *Reuters Institute Digital News Report 2017*. University of Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism. Retrieved from: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/Digital%20News%20Report%202017%20web_0.pdf

- Newman, N., Fletcher, R., Kalogeropoulos, A., Levy, D., & Nielson, R. (2018). *Reuters Institute Digital News Report 2018*. University of Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism. Retrieved from: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/digital-news-report-2018.pdf>
- Pinto, M. *et al.* (2004). Debater a formação em jornalismo é debater o próprio jornalismo, entrevista com o professor Manuel Chaparro. *Comunicação e Sociedade. O Ensino do Jornalismo*. 5, 95-107.
- Reese, S. D. (1999). The progressive potential of journalism education: recasting the academic versus professional debate. *The International Journal of Press/Politics*, 4(4), 70-94.
- Robins, W. (2002). Wimps of the roundtable and other challenges for journalism schools, in A. Atkins; A. O' Hehir & J. Rosen (org.), *Zoned for Debate (essays)*. 1. New York: NYU. Retrieved from <http://journalism.nyu>.
- Starkman, D. (2014). *The Watchdog That Didn't Bark: The Financial Crisis and the Disappearance of Investigative Journalism*. Columbia University Press.
- Zelizer, B. (2017). *What Journalism Could Be*. Cambridge, Polity Press.

Anexo 1

Tabela 1 - Lista de cursos analisados em Portugal

Curso Instituição de Ensino Superior
Ciências da Comunicação Instituto Universitário da Maia
Ciências da Comunicação Universidade Autónoma de Lisboa
Ciências da Comunicação Universidade Católica Portuguesa (Braga)
Ciências da Comunicação Universidade da Beira Interior
Ciências da Comunicação Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Ciências da Comunicação Universidade do Algarve
Ciências da Comunicação Universidade do Minho
Ciências da Comunicação Universidade Fernando Pessoa
Ciências da Comunicação Universidade Nova de Lisboa
Ciências da Comunicação e da Cultura Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Ciências da Comunicação Universidade Lusófona do Porto
Ciências da Comunicação: Jornalismo, Assessoria, Multimédia Universidade do Porto
Comunicação e Jornalismo Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Comunicação e Tecnologia Digital Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia
Comunicação Social Instituto Politécnico de Coimbra
Comunicação Social Instituto Politécnico de Setúbal
Comunicação Social Instituto Politécnico de Tomar
Comunicação Social Instituto Politécnico de Viseu
Jornalismo Instituto Superior Miguel Torga
Comunicação Social e Cultural Universidade Católica Portuguesa (Lisboa)
Comunicação e Media Instituto Politécnico de Leiria
Jornalismo Instituto Politécnico de Lisboa
Jornalismo Universidade de Coimbra
Jornalismo e Comunicação Instituto Politécnico de Portalegre
Ciências da Comunicação Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Ciências da Comunicação Universidade Europeia

Anexo 2

Tabela 2 - Lista de cursos analisados no Brasil

Universidades Públicas			
Posição RUF	IES	Estado	Região
1º	UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul / RS	SUL
2º	UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	Mina Gerais / MG	SUDESTE
9º	UNB - Universidade de Brasília	Distrito Federal (DF)	DF
13º	UFBA - Universidade Federal da Bahia	Bahia / BA	NORDESTE
33º	UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso	Mato Grosso / MT	CENTRO-OESTE
36º	UFPA - Universidade Federal do Pará	Pará / PA	NORTE
Universidades Privadas			
Posição RUF	IES	Estado	Região
5º	Faculdade Cásper Líbero	São Paulo / SP	SUDESTE
7º	PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul / RS	SUL
39º	UNICEUB - Centro Universitário de Brasília	Distrito Federal (DF)	DF
41º	UNIFOR CE - Universidade de Fortaleza	Ceará / CE	NORDESTE
50º	UCDB - Universidade Católica Dom Bosco	Mato Grosso do Sul / MT	CENTRO-OESTE
66º	UNAMA - Universidade da Amazônia	Pará / PA	NORTE